

ZERO 1

Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo da UFSC. Setembro de 1982. Distribuição interna.

RU elege Jaison

Em 2.535 votos de estudantes e funcionários, 80% foram dedicados à oposição. Jaison ficou com 60%. José Richa (PMDB, PR) quase desbanca Osmar Cunha. Todos os detalhes na página 3.



A mão estendida vota para governador pela primeira vez, numa eleição simulada promovida por ZERO.

e mais:

A qualquer hora o contribuinte catarinense pode sentir o cheiro de seu dinheiro sendo queimado por carros oficiais cumprindo tarefas domésticas.

E' o que mostramos na pág. 2.

Muito pior é o que sofre a Sociedade Alfa Gente, mantenedora de creches que o governo boicota. Na página 4.

Você sabe o que é alugar o trabæ

lho dos outros e ganhar com isso?

É o que fazem as locadoras de mão-de-obra. E elas são legais, acredite. Página 6. Quando Pinduca, dezoito anos, lavador de carros do Campus Universitário, foi preso e torturado, os jornais denunciaram. Mas ninguém foi conferir o resto. Nós fomos. E descobrimos mais torturas em menores, acusações de policiais a policiais, tudo num

processo que está nas mãos da OAB. Página 5.

O governo do estado tem promovido concursos nacionais, distribuindo milhões em prêmios, sob a justificativa de divulgar a "identidade catarinense". Página 8. Nós acompanhamos um candidato a vereador e concluímos: há que suar para ganhar. Pág. 7. Em novefora tratamos da imprensa, da universidade e outros temas.



MORDOMIA CHAPA PRETA seus impostos pagam este passeio

A cena é sempre a mesma e é comum: carros oficiais (chapa branca ou preta) estacionam em frente a colégios ou supermercados para buscar crianças ou fazer compras. A garantia da mordomia é tão grande que ninguém procura esconder. Ao contrário, parece até que utilizar um carro público, sustentado por impostos e agindo contra a lei, dá status.

A utilização desses veículos está regulamentada pelo Decreto nr. 2447, de 22 de abril de 1977. Em seu artigo 4º lê-se que "poderá dispor de transporte oficial entre a re-

sidência e o local de trabalho, e vice-versa, somente: I) O titular de cargo especial do Gabinete do Governador do Estado; II) O titular de cargo especial do Gabinete do Vice Governador do Estado; III) O titular de cargo especial da Secretaria de Estado e Procuradoria Geral do Estado; IV) O Comandante da Polícia Militar; V) O Superintendente da Polícia Civil; VI) O dirigente máximo de Órgão da Administração Indireta e Fundação instituída pelo Estado".

Está claro: apenas nesses casos e entre a residência e o local de trabalho (e vice-

versa). Mesmo que o supermercado ou a escola fiquem no trajeto, é proibido. A foto mostra o veículo oficial chapa 007, do Tribunal de Contas do Estado, utilizando a mordomia proibida. A foto foi batida sem dificuldade, à frente do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Um pequeno garoto, certamente inocente, instalou-se no banco de trás do veículo depois que lhe abriram solenemente a porta. "Zero" está de posse de outras fotos, que publicará quando for preciso. E está aberto a denúncias de mordomias, que publicará uma vez comprovadas.

OPÇÃO A QUENTE

A sexta fase do Jornalismo da UFSC apresenta o seu Jornal Laboratório, o primeiro a ser editado na curta história de quatro anos do Curso. Sendo um exercício didático, este jornal apresenta uma série de peculiaridades próprias, como todos os jornais dos cursos de Comunicação do País.

A primeira delas, e a mais importante, foi a abordagem aos temas escolhidos para a publicação. O exercício de crítica a realidade como, aliás, se propõe a Universidade, foi fundamental para a prática de um jornalismo comprometido com a comunidade catarinense e brasileira. Como deveria ser, é claro, o propósito de qualquer jornal.

Outro aspecto que destacamos, nesta primeira experiência, é uma espécie de "regressão" em termos técnicos, neste País que tem o maior parque gráfico da América Latina e um dos maiores do mundo. Voltamos a compor e a imprimir "a quente", desprezando os modernos sistemas "a frio", o off-set.

Não foi a falta de recursos financeiros que nos remeteu a uma pequena gráfica do interior catarinense, mas sim a necessidade de nos aproximar da realidade de nosso Estado e de proporcionar um aprendizado mais rico aos alunos, uma vez que o desafio de confeccionar um jornal "a quente" é bem maior.

JORNAL DE BASE

Neste primeiro número, o leitor encontrará, além das reportagens de interesse local, um encarte que nós chamamos internamente de "jornal de base". É uma tentativa de fazer um jornal de apoio a um segmento específico da sociedade que, em geral, por

falta de recursos ou orientação, não dispõe de um meio próprio de comunicação.

O alunos que formam o Comitê Editorial optaram por fazer um jornal para a Associação Brasileira de Enfermagem, seção Sta. Catarina, EBEN-SC, cuja linha editorial foi traçada juntamente com a diretoria da entidade.

ZERO

A escolha de um bom nome para um jornal exige uma dose muito grande de criatividade. Depois de centenas de sugestões, nossa escolha recaiu em ZERO. Dentre as inúmeras significações que poderíamos extrair deste número/palavra, a mais simples e a mais jornalística é a de que todo o número experimental de um jornal chama-se "número zero". Como, na verdade, cada edição do Jornal Laboratório será um experimento, o mais fácil foi batizá-lo com o seu nome consagrado. Teremos o Zero 1, o Zero 2, e assim sucessivamente, enquanto o nosso trabalho perdurar.



Antes de iniciar o Jornal de Base, o Conselho discutiu longamente com a direção da ABEn-SC.

Expediente

Jornal laboratório do Curso de Comunicação Social — Habilitação Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Tiragem: 3 mil exemplares.
Circulação: Campus Unversitário.
Encarte: Jornal da ABEn-SC.

REDAÇÃO: Aderbal João da Rosa Filho, Aline Silvana Bertoli, Alvaro Lobato Martins, Artur Emilio Prellvitz, Beatriz Wagner, Carlos Alberto de Souza, Celita Maria Forte Campos (Conselho Editorial), Celso Vicenzi, Eliana Arndt, Gilberto Colzani Filho, Isabella Maria Barbosa da Silva, Ivan Luiz Giacomelli, Jane Maísa Didoné, Janete Jane Cardozo, José Antonio de Souza, Luciene Rebelo Cruz, Marcos Vinicius Spuldaro, Maria Aparecida Martins Borges, Maria Fernanda Farinhas Martins, Maria José Baldessar, Patrícia da Silva Grillo, Renato Carreto, Romeu Scirea Filho, Sandra Mara Cidade Gentil, Sergio Murillo de Andrade, Suzete Terezinha Sandin, Tani Jacobsen, Thereza Rodrigues Hickel, Thalís Telemberg, Valdir Cachoeira, Viviane Goulart e Viviani Scirea (repórteres/redatores/diagramadores), 6a. fase.

Professores responsáveis: Ayrton Kainitz, Daniel Herz, Eduardo Meditsch, Luiz Lanzetta (textos); Cesar Valente, José Gatti (planejamento gráfico).

Composto e impresso na Editora Mendes Ltda. — Brusque — SC.

UM ELEITOR DECLAROU-SE ALIENADO E FELIZ. PODE?

No dia 1.º de setembro, 2.535 estudantes e funcionários da Universidade Federal de Santa Catarina foram convidados a votar para governador. E aceitaram. Se dependesse deles, o candidato Jaison Barreto, do PMDB, já estaria eleito com larga margem de votos sobre o segundo colocado, Esperidião Amin, do PDS. Para surpresa de muita gente, Amin não passou dos 471 votos. Eurides Mescolotto, do jovem PT, chegou aos 290 votos. Se repetida essa proporção em 15 de novembro, consolida-se como a terceira grande força eleitoral do estado. Em quarto lugar ficou Ligia Doutel de Andrade, do PDT, com 39 votos e, finalmente, seguido de perto por José Richa (PMDB, PR) veio o candidato petebista Osmar Cunha, com 16. Apenas 124 não votaram e 91 anularam seus votos (aqui estão também os para José Richa e outros escolhidos para substituir a Jorge Konder Bornhausen ou Henrique Córdova). Veja o quadro.

Esta pesquisa do Jornal Laboratório não pretendeu ter validade científica, mas valeu como pesquisa. E nisso foi feliz, já que a soma dos votos em banco e nulos foi de apenas 8,48%.

Os votos foram entregues na fila de entrada dos RUs e depositados em urnas, na saída, onde os "mesários" foram testemunhas de manifestações otimistas. Aparentemente, a maioria dos presentes, que nunca votou pa-

ra governo do estado, ficou feliz com a oportunidade de ser consultada. E os votantes deram duas respostas: uma, em quem votam; outra, que jamais foram ouvidos pelas badaladas pesquisas Veja, Gallup ou Globo-Isto É.

Alcançando dois terços dos votos obtidos por Osmar Cunha (16 contra 10), José Richa foi o preferido por um grupo de paranaenses.

Brizola foi votado, Simon e Franco Montoro também, cada qual com um voto. Nezinho, de São José (?), ficou com três e Chacrinha, os jogadores Biro-Biro e Dadá Maravilha com um cada.

O grupo de paranaenses justificou seu

voto: eles votam no Paraná. Outros, porém, descarregando agressividade, foram reveladores.

Um votante confessou-se alienado (e feliz por isso), outro chamou a todos candidatos de ladrões e um terceiro afirmou que todos os políticos são sujos. Não ficou esclarecido se essa última declaração vinha de um furibundo defensor dos detergentes ou se, pelo contrário, manifestava seu lado perigosamente reacionário. Em todo o caso, no RU, esses três foram votos solitários. Resta-lhes, no entanto, um consolo assustador: as mais cruéis e corruptas ditaduras de nossos tempos (quase todas militares) pensam exatamente a mesma coisa.

PESQUISA DE OPINIÃO

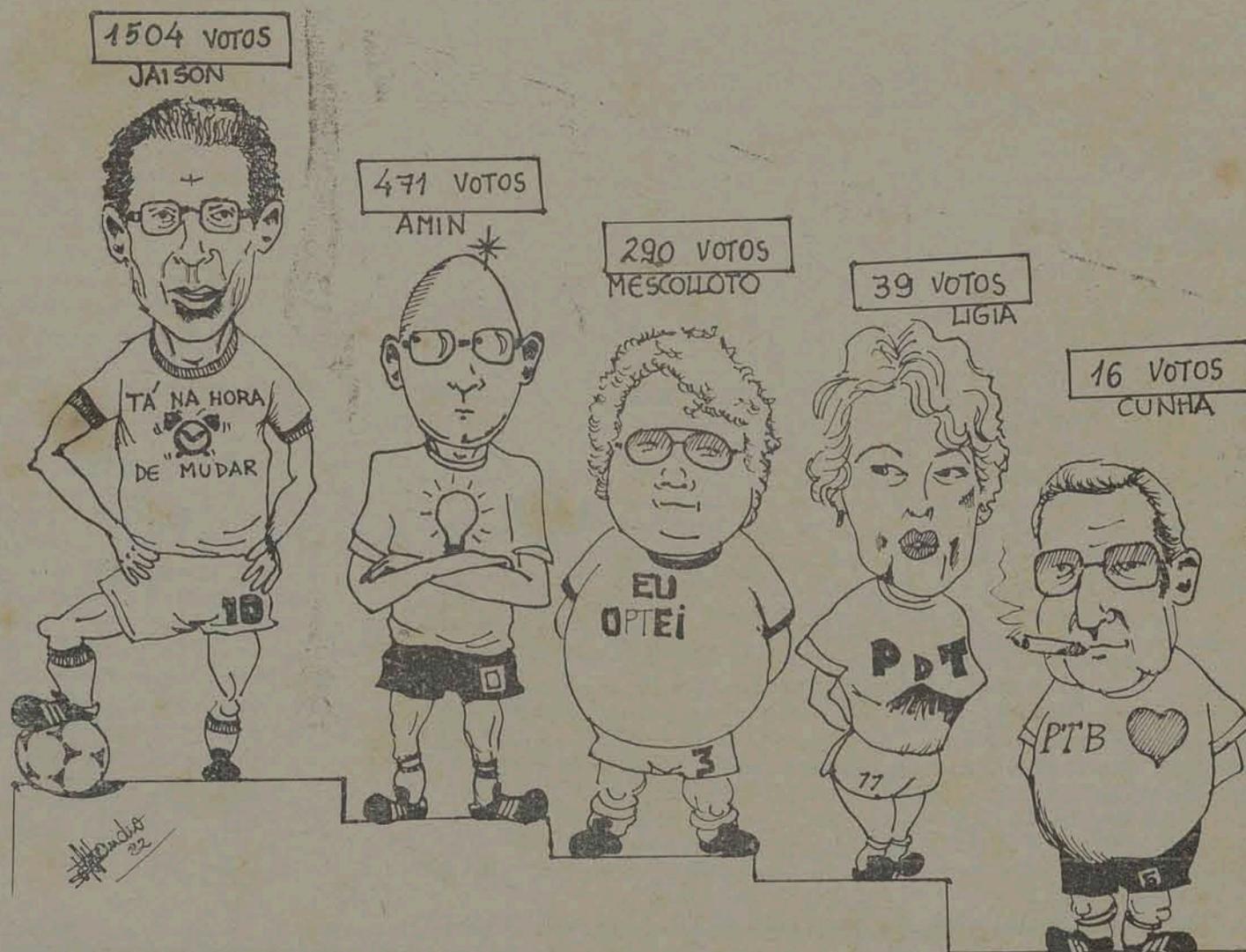
Curso de Jornalismo da UFSC

data de realização: 01/09/82, das 11 às 13 horas

local: Restaurante Universitário — alas A, B e C

amostra: 2535 (alunos, professores e funcionários da UFSC)

candidato	partido	%
JAISON BARRETO	PMDB	59,33
ESPERIDIÃO AMIN	PDS	18,58
EURIDES MESCOLOTTO	PT	11,44
LIGIA DOUTEL DE ANDRADE	PDT	1,54
OSMAR CUNHA	PTB	0,63
VOTOS EM BRANCO	—	4,89
VOTOS NULOS	—	3,59
TOTAL		100,00



MAMADEIRAS VAZIAS

O Governo Estadual está boicotando recursos federais destinados a uma entidade assistencial e prejudicando o atendimento de centenas de crianças carentes da periferia de Florianópolis. Pressões políticas e religiosas, e mesmo delicadas questões pessoais, motivaram o ex-governador Jorge Bornhausen a impedir o repasse de verbas que estão desde 1978 oficialmente destinadas para um projeto da Sociedade Alfa Gente de Florianópolis. Enquanto o boicote permanece, a Sociedade passa por sérias dificuldades.

Esta entidade surgiu de um conflito entre as freiras da Sociedade Divina Providência do Colégio Coração de Jesus, que em 1969 já realizavam um trabalho junto a algumas comunidades carentes da periferia de Florianópolis. Parte destas freiras procuraram introduzir a educação das crianças em seu trabalho, no entanto foram contestadas pela Sociedade Divina Providência que afirmavam se tratar de um trabalho com tendências "progressistas". A partir daí surgiu uma cisão.

As freiras que deixaram o Colégio fundaram uma outra Sociedade religiosa, a Sociedade Fraternidade Esperança. Mais tarde, com a colaboração de outras pessoas, foi fundada a Sociedade Alfa Gente.

Em dezembro de 1978, o governo federal destinou uma verba conseguida junto ao Banco Mundial para investir em comunidades carentes de cinco cidades de porte médio. Florianópolis disputou essas verbas através do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) com uma programação de mais de trinta projetos. Vinte e seis foram aprovados, entre eles o projeto dos CDIs — Centro de Desenvolvimento Infantil — da Sociedade Alfa Gente.

O CDI foi o projeto que mais agradou ao pessoal do IPUF por ser um dos mais completos e organizados, segundo uma fonte da Prefeitura. Pelo que se sabe, foi também o mais apreciado por Brasília. No entanto ao retornar a lista oficial dos projetos que iriam ser executados — para surpresa do IPUF — não constavam os CDIs, aos quais foram destinados 7 milhões de cruzeiros na época — quantia que representa hoje aproximadamente 70 milhões de cruzeiros.

Através de um documento vindo de Brasília, ficou esclarecido que o projeto foi vetado pelo Governo Estadual devido à "Sociedade Alfa Gente se tratar de uma instituição civil não ligada ao Estado", conforme justificou o atual prefeito de Florianópolis. Porém há outros projetos de instituições civis não ligadas ao Estado que estão sendo executados desde a sua aprovação, o que invalida a explicação dada pelo prefeito.

Quando a Sociedade Alfa Gente deu início à elaboração de seu projeto, o atual prefeito era diretor do IPUF, e apoiava com determinação o projeto. Ao assumir o cargo de prefeito de Florianópolis não só deixou de apoiar como foi contra a aprovação dos CDIs. "Acredito que ele serviu como testade-ferro do governo", diz o diretor da Sociedade Alfa Gente.

A única explicação para o boicote, encontrada por fontes da Prefeitura de Florianópolis, está relacionada com o conflito entre as freiras do Colégio Coração de Jesus. E também com o fato de que estas freiras têm a direção do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, onde a própria dona Marieta Konder Bornhausen — mãe do ex-governador Jorge Bornhausen — se encontra internada e recebe cuidados especiais constantes.

Há muita gente reservada na abordagem do assunto. Mas as fontes da própria Pre-

feitura admitem a pressão que as freiras do Colégio Coração de Jesus fizeram ao ex-governador para que este não permitisse a execução do projeto. Para elas a Sociedade Alfa Gente estaria infiltrada de freiras "progressistas" envolvidas na cisão ocorrida no Colégio. O então governador, aceitando a pressão, solicitou a Brasília o cancelamento do repasse do dinheiro para a Sociedade Alfa Gente. Justificou sua atitude afirmando que a entidade tinha motivações políticas que contrariavam a linha de atuação de seu governo. Além do corte da verba, todas as secretarias do estado receberam uma circular proibindo qualquer tipo de auxílio à Sociedade, o que dificultou ainda mais a sua manutenção.

Para dar ênfase à pressão, a esposa do ex-governador, Déa Bornhausen, através da LADESC — Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social Catarinense, que dirige ainda hoje — vem pressionando a Sociedade de forma "despercebida". Há pouco tempo atrás tentou desapropriar uma parte do Morro do Mocotó — próximo a um CDI — para a construção de uma creche. Não conseguindo a desapropriação, construiu a sua creche na Prainha, a uns cinquenta metros do CDI do Morro do Mocotó.

Na Sociedade Alfa Gente fala-se apenas reservadamente sobre o assunto. Todos temem que as perseguições aumentem. No Governo Estadual e na Prefeitura o assunto é tratado com a máxima discrição e ninguém aponta uma saída para o impasse. Enquanto isso, o dinheiro destinado à entidade se encontra em Brasília desvalorizando. E a Alfa Gente e suas crianças, com o atendimento comprometido. O que põe em dúvida o lema assumido pela LADESC: "O MENOR É A META MAIOR".

Viviani Scirea

Tirar leite de pedras

Em 1975, a atual Sociedade Alfa Gente era apenas uma equipe organizada que auxiliava voluntariamente as comunidades carentes da periferia de Florianópolis. Em abril de 1978, devido a necessidade do vínculo empregatício, esta equipe transformou-se na Sociedade Alfa Gente, que hoje atua nas localidades de Morro do Mocotó, Coqueiros e Flamengo. Nesses bairros mantém os CDIs — Centro de Desenvolvimento Infantil — cuja finalidade é dar assistência na saúde, educação e nutrição à criança de 2 a 6 anos de idade.

O CDI do Morro do Mocotó, localizado na sede de um antigo clube da comunidade, além de dar assistência a criança de 2 a 6 anos, tem uma creche onde atende crianças de até 2 anos de idade. A explicação dada é que este atendimento só é feito no Morro do Mocotó porque a Sociedade não tem condições de manter creches em todos os CDIs. Isso se deve ao alto custo da alimentação exigida nos primeiros anos de vida.

O CDI de Coqueiros foi inicialmente ins-

talado no escritório de uma empresa de comércio de materiais de construção. Depois passou a funcionar numa casa que foi "construída com muito custo". No Flamengo, a Sociedade Alfa Gente já adquiriu um terreno e vai construir uma casa brevemente para o CDI que hoje se encontra num lugar inadequado. "A infraestrutura já está toda pronta", dizem.

A Sociedade se mantém através de colaboração espontâneas de gêneros alimentícios e mensalidades de sócio-colaborador. Os alimentos são fornecidos semanalmente por padarias e algumas lojas do CEASA — Centrais de Abastecimento Estado Santa Catarina — de Barreiros e da Colônia. Galinha e ovos são fornecidos 2 vezes por semana, às segundas e quartas-feiras. A alimentação para criança de até 2 anos é fornecida mensalmente pela Associação de Pais do Colégio Menino Jesus.

Por isso, a alimentação não representa problema para a Alfa Gente. As quase trezentas crianças, atendidas pelos CDIs do Morro do Mocotó, Coqueiros e Flamengo recebem em média 4 refeições diárias das 8h às 17h.

O maior problema que a Sociedade Alfa Gente vem enfrentando é o pagamento dos trinta funcionários — não voluntários por,

que pertencem às comunidades atendidas e necessitam de remuneração — que chega a quantia mensal de C\$ 1 milhão em salários e encargos. Atualmente se dá preferência às pessoas desempregadas da própria comunidade.

Sem qualquer ajuda do governo, a entidade depende apenas das arrecadações dos quase setecentos carnês que até agora foram distribuídos. Só que destes setecentos, somente duzentos e cinquenta estão sendo movimentados. Por isso a arrecadação mensal cobre apenas 1/5 da folha de pagamento". Este é o nosso maior problema", declarou a fonte da Sociedade Alfa Gente.

Com pouco mais de 6 anos de trabalho, os resultados são bastante compensadores e poderia-se dizer que até mesmo ultrapassaram as expectativas. O atendimento médico voluntário contribuiu muito para isso. As visitas diárias dos médicos residentes em pediatria, diminuiu de maneira considerável a desnutrição e a verminose. Os ginecologistas vão de quinze em quinze dias e atendem uma grande parte das mulheres da comunidade. Em Coqueiros e no Flamengo, as crianças menores de 2 anos — que não podem ficar nos CDIs — recebem atendimento nas suas residências por um técnico em enfermagem.

V.S.

Polícia acusa a polícia

Na mão da OAB: PM tortura menores

Mário da Silva Filho, o "Pinduca", 19 anos, é lavador de carros no estacionamento do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina.

Segundo ele, no dia 28 de junho desse ano, três homens em trajes civis o abordaram numa pausa do serviço. Em dois Volks sem placas oficiais e sem emblemas da polícia, eles o conduziram à Delegacia de Furtos e Roubos da Capital.

Preso por suspeita de roubo, "Pinduca" foi torturado, seviciado, espancado e forçado a confessar um crime que não cometera. Só não o colocaram na "macaca" porque o instrumento estava quebrado.

Confirma esse relato o laudo pericial n.º 1312, do Instituto Médico Legal de Santa Catarina (IML/SC): "Mário da Silva Filho tinha cinco equimoses de colorido roxo-avermelhado na região dorsal do tórax, medindo as maiores cerca de 20 cm de comprimento por 0,8 cm de largura, todas no sentido horizontal; equimose de colorido arroxeado no punho esquerdo e equimose de colorido roxo-avermelhado na face posterior da coxa esquerda".

Segundo os peritos, houve perigo de vida e ofensa à integridade corporal causada por "energia de ordem mecânica" (provavelmente, fios de luz).

"Pinduca", menor para efeitos civis, foi preso às 15h do dia 28 (segunda-feira) e solto às 16h do dia seguinte (terça-feira). Logo, a situação era a seguinte: um menor, contra quem não se tinha provas concretas, foi preso sem mandado por mais de 24 horas e torturado de várias formas. Essa foi a principal denúncia que os jornais publicaram. Mas o caso não acaba aí. À medida que as investigações prosseguiram, surgiram outras denúncias, mais torturas, mais abuso de poder.

OUTROS MENORES ENVOLVIDOS

Veiculado pela imprensa, o caso "Pinduca" teve grande repercussão e despertou o interesse da OAB — Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Santa Catarina. Em julho, essa entidade designou o advogado Godofredo Salvador, membro da Comissão de Direitos Humanos, para acompanhar todos os autos do Inquérito Policial instaurado a fim de apurar as torturas sofridas por Mário.

Segundo o advogado Godofredo Salvador, a história toda começa com um suposto assalto à casa do Coronel Zaleski, da Polícia Militar, no Jardim Anchieta.

O Coronel, suspeitando de Adeversino Wilmar Branco (o "Curru"), que já trabalhara em sua casa, chamou-o e perguntou-lhe onde estava o roubo. Isso sob ameaça de um "revólver sem balas", disse Adeversino, que continuou se negando a dar qualquer informação.

Acionou-se então alguns policiais, os chamados PM-2, que fazem parte de um grupo — cerca de 40 homens — destacado para executar "serviços especiais". Foram eles, mais o policial civil João Otávio ("o Barba Ruva") que se encarregaram do caso.

Adeversino foi levado por eles à Delegacia de Furtos e Roubos para novo interrogatório. Depois de sevícias, acusou seu irmão Hermes Branco, de 19 anos. Como este já tinha antecedentes criminais, tornou-se o principal suspeito.

Hermes, preso em seguida, conforme o advogado Godofredo Salvador, seria "a segunda vítima de policiais despreparados, sem as mínimas condições de viverem na sociedade civil".

Amarrado pelos pés durante duas horas, Hermes ainda foi espancado por seu próprio irmão, Adeversino, que obedecia ordens do policial João Otávio.

Estas torturas, mais um leve distúrbio de conduta, foram atestadas pelo IML/SC em exame feito no dia 12 de julho.

Para não apanhar mais, Hermes citou um nome: "Pinduca", a quem os policiais foram buscar na Universidade. Enquanto este era torturado, Hermes citava outros nomes: Daniel Nilson Dias, 11 anos, e Luís Carlos Alves, 14. Os dois foram trazidos de suas casas em Córrego Grande, pelos mesmos policiais e nos mesmos Volks com que prenderam Mário. Veio junto Noerci Branco (o "Ciso"), 21 anos, para tentar resolver a situação somente do irmão Adeversino.

Durante o trajeto, Daniel e Luís Carlos sofreram "constrangimentos ilegais". Eles descreveram torturas como: "o policial 'galego'" (João Otávio) tirou a bola do câmbio de marcha e com ela bateu nas mãos de Daniel; segurou uma "espingarda" (fuzil) e com a coronha atingiu Luís Carlos em várias partes do corpo, além de lhe dar tapas bem fortes nas costas". Tudo isso foi confirmado por Noerci.

Chegando na Delegacia, Daniel e Luís foram pendurados em um cavalete. Horas depois, um policial — "Tião" — os tirou de lá. Em seu depoimento Mário reconheceu esse policial como sendo um estudante de Direito da Universidade. O advogado não confirma isso. Ele disse apenas que há um policial de nome Sebastião Pereira Filho, co-

nhecido por "Tião". Mas não sabe se os dois são a mesma pessoa e se o referido policial é civil ou PM-2.

Nesse meio tempo soltaram Adeversino. Enquanto estiveram na Delegacia, Daniel e Luís viram Mário na cela.

ANDAMENTO DO INQUÉRITO

Para o advogado Godofredo Salvador, um testemunho muito importante é o do policial civil Mário César Martins. Esse policial notou que "menores estavam sendo torturados por policiais militares nos porões da Delegacia. Um deles tinha nas mãos um fio elétrico resistente e firme com o qual batia num menor" ("Pinduca").

Isso agrava o caso, porque não é permitido a policiais militares atuarem nas áreas que cabem aos policiais civis. E a Delegacia de Furtos e Roubos pertence à circunscrição civil.

Além disso, conforme o advogado, um outro agravante é a convivência dos delegados: "a partir da notícia do crime levada aos delegados Elói e Moreto, titulares daquela especializada, era dever de ambos instaurar o competente inquérito e/ou noticiar o crime ao órgão competente. Portanto, houve convivência tanto de um como do outro delegado".

Mário César Martins deu mais uma contribuição decisiva. Ele reconheceu um dos torturadores de "Pinduca" como sendo irmão do policial civil Luís Fernando. A partir do depoimento de Luís Fernando se chegará aos nomes dos policiais envolvidos.

Segundo explicações do advogado, depois de concluído, o "Inquérito Policial presidido pelo Corregedor Geral da Polícia Militar — Dr. Fogaça — será enviado à Justiça Comum para responsabilizar os policiais civis que, em co-autoria, participaram daquele ato. Com relação aos policiais militares (PM-2), pela mesma autoridade, serão enviadas à Justiça Militar todas as informações no que concerne àqueles policiais, haja vista que o policial militar possui foro privilegiado".

Como se vê, o Inquérito será desmembrado em dois porque a Emenda Constitucional n.º 7, de 1969, não permite que um policial militar seja julgado pela Justiça Comum.

O advogado Godofredo Salvador espera que, em breve, a Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC apresente à sociedade os nomes de todos os implicados no caso "Pinduca".

Janete Jane Cardoso
Teresa Rodrigues Hickel

Os intermediários de gente

A mão-de-obra na capital custa caro. Isso não quer dizer que os trabalhadores ganhem muito. Pelo menos quando procuram as locadoras de serviços. Fugindo das incertezas do mercado, do dia-a-dia de biscates, procuram nelas uma segurança de salário no fim do mês. Dessa situação as locadoras se aproveitam. Sabendo das vantagens que podem oferecer, funcionam como intermediárias entre o contingente de trabalhadores não qualificados, empresas estatais, bancos, firmas de médio e grande porte. E, talvez por serem um bom negócio para seus donos, possuem base legal.

A primeira vista, o número de empresas dessa natureza parece exagerado. Florianópolis, no entanto, é uma cidade de serviços, predominando o comércio e a burocracia oficial. Isso justifica a existência de quinze empresas que comercializam mão-de-obra. Todas com uma só característica: não produzem absolutamente nada. Apenas exploram a mão-de-obra não qualificada. O excedente de trabalho está em suas mãos. A tal ponto que quando o candidato a emprego chega ao balcão das locadoras não tem a mínima idéia do que vai lhe acontecer.

Como nenhuma qualificação é exigida, conta ponto, para os candidatos a boa aparência, perfeita saúde e uma absurda decla-

ração de que nunca foi despedido de emprego. É claro que na maioria das fichas esse item está em branco. Mas é apenas o começo. Depois, os intermináveis formulários. As entrevistas com homens carrancudos e exigentes. As aborrecidas esperas nas filas, vencidas com esforço e cansaço não trazem compensações. As pessoas reclamam. Outras desistem. É comum se esperar mais de uma semana para ser chamado.

Dona Maria do Rosário, senhora que aparenta mais que seus cinquenta anos confessados, ex-empregada doméstica, no fim do mês passado ficou na fila da locadora Coringa por mais de dois dias. Dizia estar aborrecida com tanta indiferença. Afinal resolveu apelar para as locadoras pois "não estava dando como empregada. A patroa não queria pagar salário mínimo, nem INPS. Desisti. Vou ver se aqui melhora". Logo depois ela se agita, seu nome é chamado. Sob a escada com pressa. Some no corredor. Leva a certeza que aquela é sua última chance de arranjar emprego. Pelo menos, "um biscate para pagar a prestação da televisão", como diz.

Vencida essa etapa é que vem o pior. É onde se fecha o círculo. Nesse momento locadoras e empresas que contratam serviços são cúmplices. Na posse do contrato obtido por concorrência — de empresas públicas ou privadas — a locadora coloca a disposição os serviços solicitados. Geralmente serviços de limpeza, vigilância e escritório. Os contratos tornam as condições cômodas para ambos os lados. O trabalhador é o contratado. Desobrigado dos encargos sociais, responsabilidades patronais e demais vínculos trabalhistas, ao locatário resta pagar o preço do trabalho no dia estipulado, o que não acontece por parte das locadoras, que fazem o que querem com o trabalhador. Inclusive retardar em uma semana os vencimentos, "que ficam rendendo juros nos bancos", como revelou um vigilante de banco que pediu para não ser identificado. Tem medo de perder o emprego. Está na "colocação" há três meses. Caso raro. Em um ano de contrato com a mesma locadora, já foi chofer de carro oficial, limpador de vidros na Telesc e servente, sempre recebendo salário mínimo. Enquanto o dono da locadora, o patrão, recebe três vezes mais em cima de seu trabalho.

Essa instabilidade e as frequentes mudanças só trazem vantagens para as locadoras. Podendo remanejar o trabalhador, não permitem que este fique mais de três meses num mesmo local. Com um simples aviso e sem qualquer satisfação é transferido. Isso impede que o trabalhador crie raízes. Conhecendo muito pouco o local de trabalho e sem qualquer possibilidade de comparar sua vida com a de outros, o empregado não reivindica. E além do mais, a locadora não tem problemas com "queixas absurdas". Mesmo que tenha, resolve com facilidade: despede o empregado. Isso justifica os inúmeros processos trabalhistas que tramitam na Justiça

do Trabalho. A média é de cinquenta por mês só em Florianópolis. A maioria das causas são ganhas pelas prestadoras de serviços. Muitas delas se orgulham da "ficha limpa" na justiça.

Mas não é só o remanejamento que causa instabilidade. A quebra de contrato pela locatária implica em dezenas de demissões. Para cada cento e cinquenta admissões cento e trinta são demitidos. Isso sem qualquer aviso prévio ou garantia de outra colocação. O que resta é uma ficha com nome e endereço para futuras necessidades da empresa. Os direitos trabalhistas como FGTS, férias e previdência representam pouco para o patrão. São até um lucro adicional. Uma vez que não há tempo para conquista de seus direitos. O trabalhador nem sempre recebe 13º salário, bonificações anuais e demais benefícios e muitas vezes acaba na fila de outra locadora.

Isabella Barbosa
Maria José Baldessar

Há vagas para eleitores

Não é preciso alterar uma lei para burlá-la. Um simples jogo de cintura resolve. Desde quinze de agosto as repartições públicas estaduais e municipais não podem contratar pessoal. É lei federal. Mas uma promessa de emprego nesses tempos de eleição vale ouro. Contratar através das locadoras é a saída. Perfeitamente dentro da lei. Das locadoras contrata-se os serviços, não o pessoal. Muitas empresas públicas, até quinze de novembro, terão mais da metade de seus quadros contratados dessa forma. Com essa situação ganham as locadoras que nesse período eleitoral triplicam seus contratos e, consequentemente, seus lucros. Ganham os candidatos que conseguem acenar com empregos, pelo menos até a hora do voto. Ao trabalhador, no entanto, resta a ilusão do emprego, até que acorde. Até que seja despedido por quebra de contrato, ou por qualquer outro motivo. Até ser necessário novamente para fazer número nas urnas daqui a quatro anos, quem sabe. I.B./MJB

Quem lucra com o desemprego

A primeira empresa desse gênero há doze anos. Como todo negócio próspero, ganhou concorrentes com facilidade. Agora são mais de quinze, atuando no ramo da prestação de serviços. São elas Conservadora Back Ricobon; Serlimvi — Serviços de Vigilância; Coimbra — Limpeza e Conservação; Metropolitana Catarinense de Segurança; Ondrepsb — Limpeza e Serviços Especiais; Orbram — Organização e Bramilla; Orcafi — Sosehan; Adcesc — Segurança e Conservação; Coringa Vigilância Bancária; SEG — Serviços especiais de guarda; EBV — Empresa Brasileira de Vigilância; Emcavi — Empresa Catarinense de Vigilância.

Estas empregam um total aproximado de 10 mil pessoas. São um bom filão de empregos — diz o gerente de uma locadora — "para semi-analfabetos e pessoas que não referências de colocações". Comportam um sem número de antigos marceneiros, pedreiros, motoristas, encanadores que em outros tempos tinham seu próprio negócio. Gente que já foi considerada especialista, mesmo quando era biscateiro. Gente que fugindo das desvios do cotidiano procura a segurança do salário, mesmo que seja mínimo. I.B./MJB

Sorria, F. S., Sorria!

Prometendo o seu voto e o da mulher, o eleitor recolheu sua pastilha 007, despediu-se com excessiva formalidade e retirou-se. Fausto Silva, candidato a vereador pelo PDS, não assegurou apenas esses dois votos naquela tarde. Um eleitor bastante mirradinho, saiu também muito satisfeito do escritório, depois de ser despachado — junto com um bilhete do candidato, é claro — para um endereço combinado entre os dois.

Apesar dos tempos modernos, assim ainda se faz uma campanha política. Catando voto por voto em troca de promessas, abraços, apertos de mão, distribuindo santinhos, "cartas à população" e outras tantas coisas, confessáveis e inconfessáveis, dependendo da imaginação e do numerário em caixa.

Na FIESC, onde trabalha, é bastante fácil conseguir falar com Fausto Silva, 36 anos e pela primeira vez candidato. Basta atravessar entre essrivatinhas, passar por uma porta, mais outras mesas, até chegar a última, que é a dele. Sobre ela papéis, pastas, copinhos de café e um copo de água gelada. Atras da escritaninha, dos óculos e do bigode, está o candidato. Ali com um sorriso amigoso e um forte aperto de mão recebe seus possíveis eleitores, guarda cartas para distribuir nos bairros, mantém contato com seus cabos eleitorais (que ele chama em sua terminologia própria de "colaborador") e ainda tenta cumprir suas atividades no emprego.

Quem atende ao telefone é uma secretária. Numa das chamadas recebidas no fim do mês passado, muito sorridente e falando alto ele afirmava para quem estava no outro lado da linha que era muito bom receber dois votos, ainda mais "voluntários". Era um amigo que havia recebido em sua casa uma das milhares de cartilhas que o candidato está distribuindo pelos bairros.

Pelo telefone é difícil tratar todos os assuntos. Por isso ele às vezes tem de dizer apenas que "tudo está certo", que "já acertou tudo lá", ou ainda simplesmente um "graças a Deus".

Candidato a uma das cobiçadas 21 cadeiras da Câmara Municipal, Fausto fala do trabalho árduo e perseverante pela eleição enquanto outra secretária serve mais cafezinhos. Nesse atropelo atrás dos votos, o candidato procura ter uma boa e nova mensagem ao eleitor que, afirma, está "fora dos



cacocetes políticos". E entre o que chama de nova mensagem, encontramos uma onde ele reconhece que "as dificuldades que existem no dia-a-dia do povo, e mostra a ele (ao povo) que as dificuldades poderão ser bem maiores sem o apoio dele (do povo), sem que ele (o povo) opte pelos candidatos do partido (o PDS)". Por vezes Fausto chega ao auge do lugar comum quando, por exemplo, diz que sua campanha é feita "com a cabeça no lugar e o pé no chão". Apesar de se dizer o candidato do esporte, Fausto Silva não é o que se poderia chamar de um tipo atlético. Nem tampouco chega a lembrar um esportista. Com a camiseta de falha moldando sua avantajada barriga e a calça jeans sempre precisando ser puxada para cima, ele entra em campo para ganhar. Conhecendo as regras do futebol, agora, muito entusiasmado, procura apreender as regras da política. Quando, no final daquela tarde foi se apresentar para um time de futebol-de-salão, revelou outro de seus segredos: "é importante deixar o jogo terminar e não interrompê-lo", diz, como se, no país do futebol, interromper um jogo para tratar de política uma coisa possível. Depois, justifica: fúm grupo como esse, um voto é certo. Ao menos do que fez o primeiro contato. O resto — conclui, fazendo cálculos de marcador — é lucro".

Fausto quer um mandato com participação popular, mas tem dúvidas: é que ele ainda não teve nenhum contato com organizações de base já existentes. Entre os projetos

que pretende manter em segredo devido "a grande falta de imaginação dos políticos" está um que pode ser considerado, no mínimo, bastante original: trata-se de um altíssimo imposto a ser cobrado das imobiliárias. Isso garantiria, segundo ele, a resolução dos problemas habitacionais de Florianópolis. E tem mais: apesar da comprovada força desse ramo de negócios, Fausto leva fé na aprovação do projeto. "Se não passar, o povo será informado", ameaça ele, falando sério.

Como no futebol, o político precisa dominar a bola e ter jogo de cintura. "As vezes é preciso até perder", confidencia um de seus mais diletos colaboradores. "Certa vez — conta ele — fui obrigado a perder no domínio. Nem fiquei chateado. Em campanha a gente precisa perder". Não se sabe, porém, se essa jogada demagógica rendeu votos ou resultou numa debandada. Afinal, quem votaria num jogador que costuma perder? Mas esse colaborador, se perde no jogo, parece ganhar na área sexual. Suas peripécias amorosas são tema preferido do staf quando está inspirado. Mas ele reconhece, com modéstia, que falta muito para ser um "Fafá" — como ele chama, com intimidade, o candidato. Ao ouvir esta indiscrição nada convencional de um dos seus assessores, Fausto é obrigado — com justiça, convenhamos — a chamar a sua atenção. "Olha o repórter aí, rapaz..." Os colaboradores, no entanto, ignorando a recomendação continuavam, naquela tarde, a esbaanjar elogios sobre a virilidade do homem que, juram, é um legítimo representante das aspirações populares. Outra indiscrição que deve ter levado o bom candidato a corar, foi quando falavam do conserto de seu automóvel: "quando fores eleito, a prefeitura paga", disse um deles. Ao que Fausto suplicou: "fiquem frios, fiquem frios..."

No vestiário, pouco depois, Fausto comparecia-se entre atletas suados, cansados, pelando-se para o banho. Por alguns minutos lutou contra as dificuldades de articular um discurso em circunstâncias tão constrangedoras, mas finalmente conseguiu expor o que queria: "não vim aqui trazer presentinhos nem fazer promessas", garantiu, tão soene quanto possível naquele ambiente. Para ter certeza do lucro, porém, arriscou: "não vou prometer um jogo de camisas" — disse com reticências, arrematando: "...mas uma bolinha para ajudar na brincadeira..."

Gilberto Colzani Filho

MILHÕES PARA APARECER

Santa Catarina patrocina, se considerarmos o volume de investimentos e de mordomias, o maior concurso de literatura do país. O prêmio "Cruz e Souza" surgiu no ano passado e trouxe a Florianópolis uma dezena de talentosos escritores e críticos mordazes, que ficaram hospedados no Floph, completamente impermeáveis a qualquer convite para palestras e inacessíveis aos repórteres. Reeditado este ano, o "Cruz e Souza" recebeu uma injeção de recursos aumentando o valor dos prêmios para dois milhões de cruzeiros.

Santa Catarina está, desde o dia 15 de julho, também patrocinando o maior concurso de jornalismo político do país, com mais de um milhão em prêmios. São 750 mil para o mais competente jornalista político a nível nacional, 350 mil para o jornalista que mais se destaca, no âmbito estadual, em comentários e análises políticas, e farta distribuição de troféus, somados a uma pequena fortuna em anúncios espalhados por todo o país.

Tanto o prêmio Nereu Ramos, como o Cruz e Souza ou mesmo a semana de Vitor Meirelles fazem parte de uma estratégia que o governo apelidou de "projeto de identidade catarinense", instituído em 1980. Estaria efetivamente em Nereu Ramos, Cruz e Souza e Vitor Meirelles a identidade de nossos posseiros, colonos, operários, índios e anônimos funcionários públicos? Além desse discutível conceito de identidade estadual, outra suspeita se levanta: para alcançar a tão duvidosa projeção precisamos gastar quantias exorbitantes e distribuir troféus, comendas, passagens, hospedagens como se fossemos, em proporções maiores, a Sucupira de Dias Gomes? Paulo Maluf morreria de inveja de nossos administradores. Apenas com a Editora Abril (revista Veja), gastou-se desde o início do ano, divulgando prêmios, frangos, azulejos e maçãs, a bagatela de Cr\$ 10,9 milhões de cruzeiros.

Quem ganha e quem paga

O Prêmio Nereu Ramos de jornalismo político, segundo o regulamento, foi instituído pela Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina (UDESC) e patrocinado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado (CODESC), com o objetivo de "proje-

tar nacionalmente o perfil político econômico e cultural de Santa Catarina".

O chefe de gabinete da reitoria da UDESC Fernando Aquino, curiosamente desconhece se aquela instituição educacional está destinando parte dos recursos orçamentários para cobrir os gastos com o concurso. Mostrando-se um pouco inseguro e alterado, disse que qualquer informação sobre verbas, somente o próprio reitor poderia fornecer. Todavia não se omitiu em opinar. Ele acha importante a UDESC instruir o prêmio porque "é uma forma de divulgar nacionalmente o Estado e sua Universidade". Segundo ele, se atribuirá o prêmio a grande jornalistas do país e do estado, que não sejam apenas comentaristas mas, inclusive, analistas experientes, "essa gente da Globo, da Bandeirantes, o Carlos Castelo Branco..."

Sérgio da Costa Ramos, assessor da Secretaria de Comunicações do Estado, lembrou que a apuração dos votos se realizará no dia 29 de outubro de 1982, em solenidade presidida pelo seu irmão Paulo da Costa Ramos, Secretário de Comunicação. O Governador do Estado presidirá a reunião da comissão julgadora que entregará os prêmios aos vencedores, em sessão aberta ao povo e a todos os meios de comunicação do país. E isto, no dia 5 de novembro. Portanto, dez dias antes das eleições que poderão ocorrer no dia quinze. Mas Sérgio afirma categoricamente que o objetivo do concurso é "divulgar Santa Catarina e não o governo", e que o projeto de identidade Catarinense, do qual o prêmio Nereu Ramos faz parte, pode ser encampado até mesmo pela oposição.

Não parece.

Num estado como o nosso, onde o próprio Governador declara que está colocando a máquina administrativa a serviço do seu partido, a associação entre governo e estado é inevitável e evidente. Além do mais, no atual estado de penúria em que vivemos, dificilmente um governo de oposição encararia gastos tão elevados para apresentar jornais (com anúncios) e jornalistas.

Sérgio informou ainda que o financiamento para a premiação e publicidade do evento provém do gabinete de planejamento, do montante destinado ao projeto de identidade catarinense. O jornalista declarou também que para "a divulgação do prêmio se utilizou somente a mídia impressa: as duas principais revistas brasileiras e os 4 jornais de maior circulação no país, além dos jornais da capital e alguns do interior do Estado".

Na verdade, os números fornecidos pelo jornalista, funcionário do governo, são um tanto quanto tímidos. Foram utilizadas para a veiculação do anúncio cinco revistas e 16 jornais, entre os quais cinco catarinenses, sendo apenas um do interior do estado.

Em uma inserção apenas em cada veículo, gastou-se perto de 11 milhões de cruzeiros, o que são praticamente 650 salários mínimos. Mostramos nesta página a listagem completa das revistas e jornais empregados na publicidade do concurso, com os respectivos preços de inserção.

O que nós gastamos em cada veículo

REVISTAS	PREÇO (Cr\$)
Veja	1.480.000
Isto É	885.000
Manchete	1.200.000
Visão	850.000
Revista Nacional	200.000
JORNAIS	PREÇO (Cr\$)
Folha de São Paulo	511.205
Estado de São Paulo	556.800
Jornal do Brasil	488.950
O Globo	1.411.200
Correio Brasiliense	220.000
JSI (José)	208.000
Estado do Paraná	218.400
Gazeta do Povo	228.800
Zero Hora	324.792
Correio do Povo	389.797
O Estado	124.800
Jornal Sta. Catarina	124.800
A Notícia	114.400
A Ponte	161.200
A Gazeta	104.000
Gazeta Mercantil	476.736
TOTAL	10.162.960

Obs.: os preços de anúncios cobrados pelos veículos acima foram extraídos de tabelas existentes em agências de publicidade e conferidos nos próprios departamentos comerciais dos jornais e revistas. O valor total é aproximado, uma vez que os preços variam segundo o dia da semana em que são veiculados (nos jornais).

Sérgio Murillo de Andrade

A MAIOR ASSEMBLÉIA

funcionários da UFSC começam a mudar a sua história

Ninguém esperava: 1.400 pessoas participaram da Assembléia Geral da ASUFSC, segundo a lista de presença, patrocinando a maior assembléia já vista na Ala C do RU. Como explicar, se até algumas horas antes parecia que a categoria dos funcionários mantinha-se aparentemente apática e resignada?

"Faz três meses que escrevi uma carta à direção da entidade mostrando todos os poderes", disse um filiado, exibindo a cópia de uma carta repleta de acusações. "Nem me responderam", afirmou, concluindo: "e provo tudo o que está dito aqui".

Surpreendente. Principalmente se lembramos que, há pouco mais de um mês, esta mesma direção acusava a ANDES — Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior — de praticar uma "democracia cacilha". Na quarta-feira, os professores Osvaldo Maciel e Raul Günther, representantes dessa democracia foram intensamente aplaudidos pelos funcionários. Como explicar?

Uma rápida análise sobre a atuação da diretoria da ASUFSC, feita sobre os compromissos assumidos em Encontros Nacionais talvez esclareça um pouco a questão. Afinal, não se tem notícia de assembléias convocadas para prestar contas desses Encontros e muito menos de discussões anteriores, abertas, para subsidiar os representantes. O que não impediu, no entanto, que Alvaro Souza (conhecido também como "Jacaré"), da diretoria, incorporasse em seu discurso o uso da greve, como grande arma dos trabalhadores. Uma proposta democrática. Como explicar?

Mas o que deixa de ser feito aqui, ainda que decidido nos Encontros Nacionais? Vejamos.

A ASUFSC não convocou a Assembléia Geral definida no V Encontro, realizado no confortável repouso "O Nazareno", em João Pessoa, em janeiro do ano passado. A Assembléia deveria ter ocorrido no dia 25 de março daquele ano. Não ocorreu. Nessa Assembléia, entre outros assuntos, seria discutida "modificação da Lei que estabelece o Sistema de escolha dos dirigentes das Comunidades Universitárias, no que diz respeito a escolha dos Reitores". Outra resolução do mesmo V Encontro foi que, a 15 de abril, se

Os funcionários da UFSC reivindicaram, em Assembléia Geral, 61% de reposição salarial a partir de 1.º de novembro e mais de 45% sobre o aumento que deverá ser renunciado para o funcionalismo público federal. Não houve surpresa. A surpresa maior, ao menos para alguns professores (vários deles acompanharam com interesse os trabalhos), foi a combatividade dos funcionários e a participação em bloco: mais de 80% compareceram. Aparentemente nutriam certo descontentamento — como se pode concluir pelo levantamento realizado entre compromissos assumidos pela ASUFSC e as suas realizações.

estabelecesse o Dia Nacional do Servidor Universitário. No ano passado, o dia seria comemorado com "palestras e/ou conferências sobre assuntos do interesse da classe" e, ainda "discutir amplamente as reivindicações básicas e estabelecer novas linhas de ação a serem discutidas em Reunião Nacional". Também não aconteceu nada disso aqui na UFSC. Uma lista bem maior de compromissos não cumpridos pode ser extraída com facilidade dos Anais que agrupam o resultado dos Encontros Nacionais da FASUBRA — Federação Nacional das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras. Não há dúvida, porém, que as reuniões são frequentes. Fundada em dezembro de 1978, já realizou nada menos do que oito encontros nacionais: um a cada seis meses, o que é uma safra invejável de encontros. A considerar pelo quinto deles, deve valer a pena para quem participa. Em quatro dias, 8 horários foram estabelecidos para trabalhos, quatro para festividades especiais e o último dia inteiro para pelada, tarde livre, jantar e grito de carnaval. O dinheiro para pagar esses encontros em 81, veio de uma fundação mineira (um milhão de cruzeiros) e das próprias entidades (duzentos e cinquenta mil).

Mas, se fossemos cobrar com mais rigor uma prática democrática da ASUFSC faríamos constatações interessantes. Por exemplo: no encontro de Belo Horizonte (julho de 81), a Comissão II fez aprovar que as

associações a nível local deveriam incentivar e estimular campanha pró-sindicalização formando comissões, realizando debates, cursos e seminários, fazendo divulgação pelos veículos de comunicação de massa. Isso está sendo feito? A Comissão I, do mesmo encontro, fez aprovar que se deveria criar núcleos de base para discutir questões de interesse da comunidade universitária. Isso está sendo feito? Deveriam, também, ter sido realizadas assembléias gerais até o dia 12 do março deste ano, para divulgar os resultados do VII Encontro. Isso foi feito?

Estas perguntas até que são bastante pertinentes, uma vez que o próprio VII Encontro, de Santa Maria, este ano, concluiu que a não execução dos cronogramas de atividades de ações mobilizadoras, com os quais as filiadas estavam comprometidas, era um dos principais motivos de estagnação e descontinuidade dos trabalhos da FASUBRA.

Mas, enfim, a Assembléia Geral de quarta-feira chegou trazendo no ar certo cheiro de novidade. Não deixa de ser constrangedor, mesmo assim, ler o ofício remetido pelo presidente da FASUBRA, Francisco de Assis Rocha Cavalcanti ao Gen. Ludwig, a 17 de novembro do ano passado. Em copiosa argumentação, Cavalcanti confessa que "a grande maioria das Associações e a própria FASUBRA trabalham e desenvolvem suas atividades junto e em colaboração com o Poder (sic)".

"Tal procedimento — prossegue o presidente nacional dos servidores das universidades — face ao não atendimento das (nossas) reivindicações tem colocado os atuais dirigentes de Associações de Servidores em situação crática perante a classe (sic)".

Esta última afirmação teve, aparentemente, sabor de profecia. Pelo sim, pelo não, Cavalcanti resolveu não comparecer a contagianté assembléia de quarta-feira, para qual havia sido convidado.

Sobre a carta ao ministro, não se tem notícia de resposta. O certo é, porém, que se a ministra Esther de Figueiredo Ferraz cultivava os mesmos hábitos esportivos do general Figueiredo, não terá de se preocupar com a necessária proteção comumente utilizada entre cavalo e cavalgadura. Há de sobra e à disposição.

DESRESPEITADO O PROJETO DA UFSC

A Universidade Federal de Santa Catarina tem sofrido nos últimos anos crescimento desenfreado, ocasionando falta de salas de aula, de laboratórios e, ainda, o que é mais grave, falta de uma estrutura interna capaz de regular com eficiência o andamento normal da Universidade.

A UFSC foi projetada no ano de 1962 a fim de comportar no máximo 10 mil estudantes até 1985. Hoje, porém, este número extrapolou todas as previsões, atingindo cerca de 12 mil alunos. Isto é, 20% a mais do que o previsto. Para David Ferreira Lima Filho, Assessor Especial do Planejamento, está ocorrendo um verdadeiro inchamento da Universidade devido ao grande número de cursos que foram implantados nos últimos anos, assim como as reprovações, as transferências e os trancamentos de matrícula.

O Vice-presidente do DCE, Geraldo Swiech discorda de Ferreira Lima afirmando que "o problema central é a expansão irracional que a Universidade vem sofrendo". Segundo ele, as disputas de grupos internos provocaram um projeto de expansão não programada, e as consequências estão presentes nos cursos de implantação, sem condições mínimas de funcionamento e mesmo na deterioração dos cursos tradicionais pela falta de verbas. "A Universidade deve crescer de maneira real e concreta, sendo que para isso é preciso democratizar suas decisões as quais são tomadas de modo muito burocrático", conclui o vice-presidente.

David Ferreira Lima apresenta um quadro ainda mais sombrio quando faz citações estatísticas. "Se aumentar o número de alunos como tem aumentado todo ano (em média de 20%) vai chegar o momento que nós não teremos mais local para as aulas" enfatiza. Diz ainda que no semestre passado foi convocada uma reunião para solucionar o problema da falta de 17 salas de aula. A situação só foi contornada com a montagem de salas pelos corredores e "halls" de entrada, e assim mesmo faltaram sete.

— A medida ideal seria se utilizar 70% das salas e deixar 30% para a variação semestral, diz o Assessor do Planejamento. Mas agora, diante do problema criado, Ferreira Lima chega a propor soluções radicais: "muitos cursos deveriam parar". O presidente da APUFSC, Oswaldo Maciel, não concorda. Ele diz que se os cursos mais carentes sentirem necessidade de encerrar suas atividades, não precisarão de nenhuma pressão dos órgãos superiores da Universidade.

Ferreira Lima acha ainda que as soluções não virão a curto prazo.

— Nós precisamos criar um planejamento, mas essa política é muito difícil porque acarreta uma série de mudanças. E tudo isso tem que ser feito muito devagar, porque no Brasil tudo que é feito muito rápido, ou acaba em greves ou em revoluções", concluiu o Assessor Especial do Planejamento.

Oswaldo Maciel, só vê soluções para o problema da expansão desenfreada da Universidade com a participação de toda a comunidade universitária. Ele eforça a importância de se "aumentar a estrutura de apoio para os cursos de implantação e ainda de se produzir uma política mais agressiva a fim de mobilizar todo o processo universitário". Segundo ele, "os órgãos superiores deveriam rever todo o processo universitário para levantar questões urgentes e importantes dentro do andamento normal da Universidade".

FAVORES E DESMAIOS NO POSTO DO BESC

Não é força de expressão: uma senhora na fila do BESC, aqui no Campus, queixava-se de que estava há "uma hora e cinco minutos" esperando a sua vez. "Se ainda fosse pra mim não seria nada — disse ela. Mas são cheques de outros". Isso aconteceu no dia 30 de agosto, quando, num mesmo momento havia aproximadamente cem pessoas divididas em cinco filas aguardando o atendimento. Na sexta-feira, dia 27, um senhor chegou a desmaiar. Essa provação tem se repetido todos os finais de mês e dá uma idéia de competência dos responsáveis pela instituição. Mas não é só isso. Há clientes e clientes. Ainda que todos os que recebem da Universidade sejam obrigados a retirar seu dinheiro no BESC, nem todos entram na fila. É o caso de um professor de história que, na 2a. feira, dia 30, às 11,30 da manhã, foi direto ao gerente Carlos Alberto Alves de Souza.

O gerente mesmo encarregou-se de furar a fila, retirando o dinheiro por trás do balcão. E esse caso não é isolado. São muitos os que recebem esse tratamento especial. Desrespeito maior só mesmo na agência do BESC da Trindade, onde, além de tudo, estão distribuindo santinhos do PDS.

PACIENTES PERDIDOS NO HOSPITAL

O Hospital Universitário foi inaugurado em maio de 1980 e o fluxo de pacientes vêm aumentando a cada dia. Hoje, 90 pacientes são atendidos, em média, no ambulatório, sendo que a maioria vem do interior do Estado. Desde a inauguração, muitos pacientes perdem-se no interior do prédio. Paradoxalmente, isso se dá pelo estilo moderno de construção e pela absoluta falta de pessoas que prestem informações. Em consequência, várias pacientes deixam de consultar por não encontrarem o consultório médico. Eulina Venier, chefe do Serviço Médico e Estatística, afirma que o isto é comum e que por ela mesma apresentou diversas propostas para resolver este problema, desde a colocação de um painel contendo informações a respeito dos consultórios, laboratórios e outros

serviços, até a pintura dos setores em cores diferentes e faixas que indicassem o local desejado. A direção do Hospital não tem se mostrado sensível ao problema. Ela cita ainda a possibilidade de utilizar os guardas para prestarem informações, idéia que também foi descartada. Mas não é só Eulina que está preocupada. Márcia Cruz, professora e chefe da Divisão de Pacientes Externos, disse que também foi procurar a direção do HU para sugerir a criação de um balcão de informações. Segundo ela, os diretores "iam pensar no assunto". Já José Fernandes Neves, Diretor Administrativo, afirma que a falta de pessoal para orientar ou de indicações nos corredores do HU não é problema. Para ele o prédio moderno supera essa questão e não é difícil de encontrar as seções.

Nesse vai e vem de informações contraditórias, quem sofre mesmo são os pacientes. Muitos vêm do interior (a maioria) e, compreende-se, as vezes deixam de fazer perguntas por constrangimento. Por isso ficam rodando pelos corredores ou sentados nos bancos, perdendo a consulta.

NO CALOR DA IMPRESSÃO A QUENTE

Schnellpressenfabrik Frankenthal Albert — esta a marca da velha mas incansável impressora da pequena gráfica O Município, de Brusque, onde esse Zero foi impresso. Mas, na lateral da máquina, que ao leigo pode passar por algo assim como um híbrido de trilhadeira com locomotiva, os funcionários colaram um nome mais carinhoso e mais fácil de pronunciar: Tesouro. É nela que, à razão de mil impressões por hora (quatro folhas standard de cada vez) é tirado, além do bissemanal O Município, O Sol (semanal do Balneário Camboriú), O Correio do Estreito (mensal) e mais uma dezena de publicações internas de empresas. Um respeitável trabalho para uma máquina impecavelmente limpa e bem cuidada, que traz em seu currículo a impressão de livros nazistas, quando pertencia a uma empresa alemã, em Porto Alegre. Hoje, mais democraticamente, a velha Tesouro resiste à investida de professores e alunos do Curso de Jornalismo. Não só ela, mas também os pacientes funcionários, que desdobram-se em explicações e trabalho, mostrando (não sem certo orgulho) irrefutável conhecimento do sistema "a quente". "Isso é uma rama" explica José, "aquilo é uma bulandeira, mostra Zezinho. Betô, Agenor, Valmir, Glória, Jilvânia e Iara completam a equipe de funcionários da gráfica capitaneada por "seu" Jaime, um diplomata. Mesmo assim, com todo esforço coletivo, Zero atrasou mais de quinze dias. "A ponte é capaz de cair antes que o jornal saia às ruas", afirmou um aluno. "Não teria atrasado tanto se todo material tivesse vindo de uma só vez", garante José, completando: "mas é assim que se aprende".

É ESSE O NOSSO JORNALISMO?



— Mas este é o jornalismo que vocês fazem aqui? — perguntavam os atônitos repórteres do centro do País ao testemunhar a incrível cena que o radialista e candidato Walter Souza oferecera a todos, minutos antes, quando desembarcou em Florianópolis o Presidente da República.

— Presidente! Presidente! O senhor se lembra de mim? Microfone na mão, o radialista da TV Catarinense abordava o general Figueiredo pela segunda vez em sua vida. Aparentemente, Walter Souza continuava um desconhecido do Presidente, que nem ligou e foi a frente.

Ele não se deu por vencido. Presentinho na mão, continuava acenando. Como da primeira vez, tentava presentear o general com uma camiseta de time de futebol, agora a do Grêmio de Porto Alegre.

— É para o João Paulo, berrava o radialista. Ainda sem sensibilizar o alvo de sua desesperada cortesia, tentou a primeira pergunta:

— O que o senhor acha de Santa Catarina?

Também sem obter resposta para sua original indagação, Walter Souza jogou a camisa triclor para o general Figueiredo. Este, deu mais dois passos, deixou-a nos ombros de um segurança e foi embora.

Mas o radialista ainda não estava vencido. Depois do vexame, abandonou seu equipamento e a equipe de filmagem para atalhar caminho e cercar o Presidente na frente do Aeroporto. Desta feita foi feliz. Furcou o esquema de segurança e atirou-se aos braços de seu ídolo para ser fotografado.

Hoje, em sua campanha, este "santinho" é peça de resistência. Walter Souza chega a afirmar que desfruta de "muita intimidade com o presidente", apesar das circunstâncias de seus dois encontros com ele.

Há muito que as boas cabeças do jornalismo ocidental sepultaram o conceito de "objetividade" e "neutralidade" jornalística. O jornalista necessariamente exerce sua par-

cialidade — o que, ao contrário do que pretendem alguns, é muito bom. Mesmo porque, encoberto pelo mito da neutralidade, pode estar um grande enganador. Não é o caso de Walter Souza. Ele não está utilizando a televisão para defender idéias do PDS, nem sendo "neutro" ou "objetivo". Ele está utilizando o veículo e impingindo ao telespectador sua campanha pessoal numa atitude oportunista que faz corar qualquer jornalista empenhado em dignificar a profissão. Mas, tranquilizem-se os repórteres de Brasília: tem gente muito boa na praça.

QUEM AMA APANHA CALADA

Talvez o pequeno número de leitores tenha salvado o jornal "Comunicação", de São José, de sofrer uma investida furiosa dos movimentos feministas — e de outros quaisquer que zelem pelos Direitos Humanos.

NOSSO JORNALISMO É ESSE.

No mês passado a Polícia Federal invadiu a casa do professor nicaraguense José Francisco Danilo de Guadalupe Flets, amparada na abominável Lei de Segurança Nacional.

A comunidade universitária alarmou-se e a imprensa destacou o fato. O testemunho jornalístico da invasão, no entanto só foi reproduzido pela agilidade e excelente trabalho de reportagem de dois repórteres, individualmente, e por uma equipe de TV. Ivan Giacomelli, aluno do Curso de Jornalismo, deslo-

cou-se com máquina fotográfica para a residência de Flets, logo que soube da invasão. Conseguiu as únicas fotos da polícia na casa. As fotos, inteligentemente compradas por "O Estado", enriqueceram a matéria e informaram melhor ao leitor. Um repórter do Cojornal conseguiu um rápido diálogo com o delegado João de Deus Cardoso, que comandava a invasão. E a equipe da TV Catarinense chegou a tempo, embora a dupla de filmagem, talvez despreparada, tivesse perdido as imagens ainda possíveis de gravar quando a repórter Adriana Althoff (também aluna do Curso) tentava falar com o delegado. Tranquilizem-se, portanto, os colegas de Brasília: tem gente muito boa na praça.

Numa notinha publicada na edição nr. 32, de 03/09/82, na seção "Comunicação Sentimental", assinada por Iracema de Andrade, certamente um pseudônimo do redator, o jornal comete a seguinte atrocidade, ao aconselhar uma leitora, "Alma Sofrida", que se queixava de um casamento tumultuado de 29 anos, onde invariavelmente era espancada pelo marido. A solução, segundo a leitura, era a separação que lhe proporciona uma vida melhor.

A resposta do jornal: "Amiga Alma Sofrida, quem sofreu 29 anos já está acostumado: o dia que esse homem sair de sua vida, você morrerá de tristeza. Os dois são iguais, nasceram um para o outro: um gosta de tater e o outro de apanhar. Me desculpe, mas você não tem coragem de viver sozinha, é do tipo que se abandonar esse, logo arranjará outro pior. Fique com ele e fim de papo".

Com conselhos deste nível, o jornal "Comunicação" coloca na ociosidade os inimigos de seus leitores.





Quem cai é a população

A Hercílio Luz foi interditada às 22h30min do dia 13 de janeiro. Ameaçava ruir. Na semana passada piorou: surgiu a notícia de que, agora, ela viria abaixo. Mas os engenheiros conseguiram uma meia-sola: se cair, cai só o "recheio" — como já vêm dizendo alguns gozadores. O mais grave, talvez, nem seja mais a ponte, mas as informações. Suspeita-se que quem está caindo, há tempos, é a opinião pública.

Em janeiro vimos, incrédulos, a ponte ser pintada de prateado. Poucos gostaram ou entenderam. Foi o estopim para que a velha e amada ponte caísse na boca do povo, enquanto a campanha política encarregava-se de envolvê-la em corrupção, má administração e bloqueio de informações.

Entre as várias interpretações e estórias que surgiram, uma delas, pelo menos, passará para o folclore ilhéu: numa tarde de domingo em que o vento sul bateu forte, um aglomerado de pessoas foi se formando sob a cabeceira da ponte, do lado da ilha e, abismadas, constataram que a Hercílio Luz estava balançando. Imediatamente alguém lembrou de avisar os Bombeiros, que prontamente se deslocaram para o local, enquanto alguns moradores das proximidades providenciavam cordas e fios. A confusão estava formada, e não fosse a explicação de alguns trabalhadores da manutenção, dizendo a todos que o balanço era perfeitamente normal, um punhado de bravos cidadãos teria tentado amarrar a ponte para que ela não caísse.

De situações cômicas e informações desconstruídas, o assunto ponte entrou no campo político com a oposição acusando o governo de estar arrumando dinheiro para a campanha, e o governo transferindo a culpa para o Departamento de Estradas de Rodagem, que reduziu à metade o projeto da ponte Colombo Salles, na época de sua construção. Quem não acreditou nas acusações da oposição preferiu ficar com outra versão: a interdição era uma maneira de se conseguir a "terceira ligação ilha-continente" (como é chamada, pelos órgãos oficiais, a ter-

ceira ponte). Quanto à nova pintura, uma versão diz que é para realçar a nova iluminação, inaugurada pouco antes do fechamento.

Atualmente a prateada Hercílio Luz continua falada, só que em ambientes acadêmicos. A UFSC, através do professor responsável pelo Laboratório de Análise de Materiais, Berend Snoejer, disse que tem condições de realizar os testes necessários para avaliar a segurança da ponte, mas que até agora nenhum de seus departamentos foi solicitado para prestar serviços. Há afirmações, porém, que ao ser consultada em dezembro de 81, a Universidade respondeu que só poderia colaborar em março, após as férias. Os mistérios e as desconstruídas versões sobre os problemas da ponte parecem fazer parte do tratamento para recuperá-la, o que será feito em 24 meses e custará aos cofres públicos Cr\$ 1 bilhão 682 milhões e 240 mil (preços de maio). Isto significa que nos próximos dois anos serão gastos 2 milhões 336 mil e 444 cruzeiros por dia, na reforma. Com esta "diária", a recuperação da ponte merece uma divulgação que forneça, a quem vai pagar a conta, informações exatas de como está sendo gasto o dinheiro. Isto, até agora, tem sido feito de maneira muito confusa, o que tem reforçado os temores da oposição e confundido a opinião pública.

Os problemas com a ponte Hercílio Luz começaram a ser descobertos em setembro de 81, quando o engenheiro Carlos Fraxino, responsável pelas obras de manutenção (a cargo da construtora Roca S.A.), leu um relatório sobre as causas que determinaram a queda da ponte Pleasant, nos Estados Unidos, cuja estrutura era a mesma da Hercílio Luz. Neste relatório aparece uma foto do anel em olhal que se rompeu e causou a queda da ponte americana devido a "fissuras nos olhais". A curiosidade levou Fraxino a repetir a foto nos olhais da Hercílio Luz, que pelas dificuldades de acesso (ficam nas extremidades das quatro torres) jamais foram tratados pelas empresas que trabalharam na manutenção desde 1926. A foto, batida com lente comum, revelou que existiam fissuras nos olhais. Temendo-se um problema mais sério, as fotos foram enviadas à sede da construtora Roca, em Curitiba, para serem analisadas. Não sabendo que atitude tomar, a construtora pediu um relatório completo, o que foi feito por Fraxino, inclusive com novas fotos, agora com

lentes macro. Este foi o relatório encaminhado ao D.E.R., que também não sabia o que fazer, e o encaminhou ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), de São Paulo. O IPT enviou para cá uma equipe de engenheiros, que fizeram uma inspeção na ponte e concluíram que seu próprio peso (4.500 toneladas) poderia causar o rompimento dos olhais. Depois desta conclusão, o D.E.R., a Secretaria de Transportes e Obras e o Governo do Estado decidiram pela interdição.

O relatório que determinou o fechamento nunca foi divulgado na íntegra, e para que se conseguir uma cópia dele é preciso uma autorização expressa do diretor do D.E.R. — SC, Telmo Mattar de Sousa, que, dizem, viaja muito e nem sempre pode prestar informações sobre o assunto.

"É melhor uma ponte prateada funcionando do que uma preta dentro da água". Esta frase, segundo o engenheiro Carlos Fraxino, "surgiu numa das muitas reuniões realizadas para decidir pintar a ponte de prateado e serviu para convencer as autoridades da necessidade de se mudar a cor". A ponte Hercílio Luz, diz Fraxino, era a única pintada de preto que eu já ouvi falar. A cor preta absorve muito calor, o que causa grandes dilatações, principalmente em estruturas metálicas. Não é por acaso que a ponte de Pleasant era chamada "Silver Bridge" (ponte prateada). O preto da Hercílio Luz se justifica, parcialmente, porque na época de sua construção não existiam tintas apropriadas para ambientes marinhos, e a ponte foi pintada com pixe. Com o prateado, a temperatura da ponte em dias de calor atinge 60° C., vinte a menos do que com o preto, e causa uma dilatação de 9,2 cm. Com sua antiga cor, a ponte chegava a dilatar 20 cm com a agravante de que os aparelhos de apoio móvel que existem para absorver estas dilatações, encontram-se corroidos e emperrados, ninguém sabe desde quando. Isto significa que em algum ponto de sua estrutura a Hercílio Luz está sob fortes tensões, que podem causar problemas sérios, inclusive a sua queda. Por isso a ponte foi pintada de prateado.

Com a recuperação, a Ponte Hercílio Luz praticamente será paga pela terceira vez, pois o empréstimo conseguido para construí-la pelo governador Nereu Ramos, antes de 1926, foi depositado em um banco americano que abriu falência uma semana depois.

Romeu Scirea Filho

Jornal da ABEn-SC

Suplemento do Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo da UFSC.
Florianópolis, Setembro de 1982.

Os grandes desafios

Neste ano de 1982 a ABEn-SC comemora o seu vigésimo aniversário. Foram 20 anos de luta pelo desenvolvimento da enfermagem catarinense e brasileira.

O empenho de muitos, durante todos estes anos, para transformar a ABEn-SC numa entidade forte, representativa e verdadeiro canal de expressão da união, organização e luta da enfermagem, pode ser avaliado como vitorioso, pelo elevado lugar que a ABEn-SC ocupa no contexto das entidades representativas e pela posição de vanguarda que desfruta na enfermagem brasileira.

Esta conquista é resultado do compromisso, cada vez maior, que a ABEn-SC vem assumindo com a organização e melhoria das condições de vida e trabalho do pessoal da enfermagem, bem como, através deste processo, com a melhoria da assistência de enfermagem e de saúde à população catarinense e brasileira.

As vitórias alcançadas até aqui, nestes 20 anos de caminhada, mostraram os grandes desafios que temos pela frente. A realização da valorização da enfermagem, bandeira que tem nos orientado ainda está por vir. A valorização da enfermagem será realidade quando a nossa prática profissional estiver centrada nas necessidades assistenciais da população e quando obtivermos as condições de trabalho e a remuneração condigna ao desempenho do nosso importante papel social. Para tanto, faz-se necessário a ampliação e consolidação da nossa organização e união.

É preciso que os enfermeiros, técnicos, auxiliares e atendentes de enfermagem acabem com a separação que nos divide, e todos se engajem nesta construção de uma nova vida e história para a enfermagem.

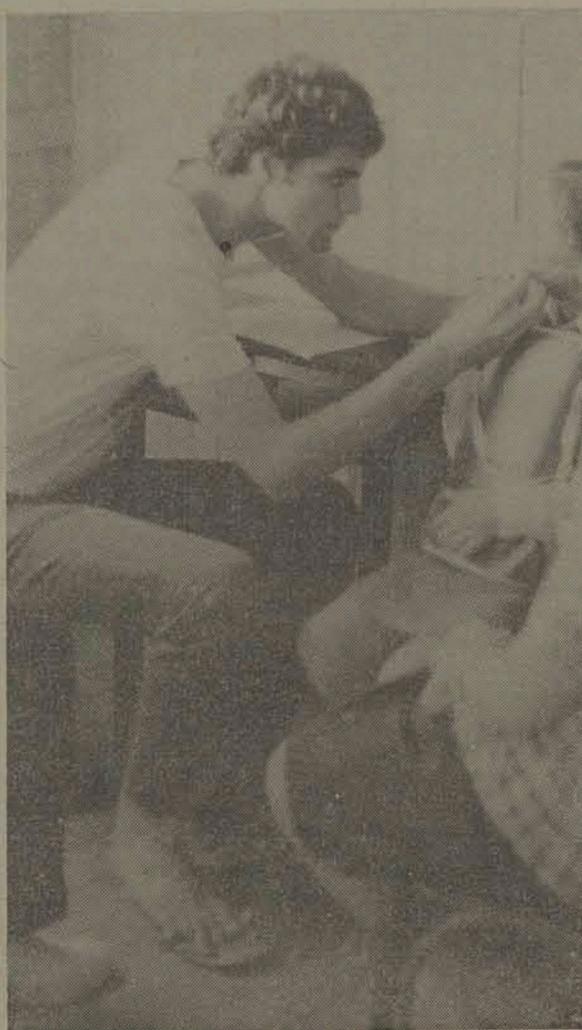
Parabéns à todos pelos 20 anos da ABEn-SC

Pela valorização da Enfermagem
A Luta Continua

Jorge Lorenzetti
Pres. ABEn-SC.

DOIS ANOS DE LUTA

O movimento de nossos companheiros do Serviço Público Federal teve início no ano passado, quando sentiu-se a necessidade de organizar e encaminhar de maneira unificada as reivindicações do pessoal de enfermagem regidas pelo DASP que, até então, não tinham alcançado resultado prático. Foi a partir da realidade salarial e trabalhista da enfermagem no SPF que se constatou a necessidade do Movimento. O pessoal de enfermagem, no Serviço Público Federal, foi quem mais perdeu poder aquisitivo: nos últimos 10 anos ele desvalorizou em mais de 200%. Para se ter uma idéia, basta lembrar que em 1976 o pessoal da enfermagem do INAMPS recebia Cr\$ 4.128,00 por mês, e hoje recebe Cr\$ 56.401,00; já o pessoal da Fundação Hospitalar saltou de Cr\$ 4.069,00 para Cr\$ 131.898,00 (ver tabela). Quanto a situação trabalhista, a enfermagem em geral e a do SPF em especial enfrenta uma realidade que está muito longe da ideal, no que se refere ao atendimento dos problemas da população. Não são no entanto, apenas os baixos salários que levam à luta. "As longas jornadas de trabalho, a deficiência de pessoal e de material, as condições ambientais desfavoráveis, o alijamento das questões de saúde em todos os níveis, apesar da importância decisiva no seu resultado assistencial", fazem parte desse contexto, segundo "A questão salarial e trabalhista do pessoal de enfermagem do Serviço Público Federal", estudo da ABEn-SC.



A sede de lucro dos hospitais

Quarenta milhões de brasileiros não recebem nenhum tipo de assistência. 80% dos hospitais e 75% dos leitos são de particulares. Estas e outras informações sobre a saúde dos habitantes do país, além da nossa situação, como trabalhadores, encontram-se nas próximas páginas. Nós fizemos entrevistas com vários colegas de diferentes hospitais e eles concordaram em responder sobre várias questões que nos interessam.

(última página)

Serviço Público Federal: Dois anos de luta

1981

7 de novembro

Reunião na sede do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro. Foram lançadas as bases do Movimento, com a definição de 10 reivindicações que até hoje orientam a mobilização nacional:

- 1) Reajuste salarial de 85% para todas as categorias de enfermagem do SPF, retroativo a maio de 1982.
- 2) Reenquadramento do pessoal de enfermagem
- 3) Jornada de 30 horas semanais
- 4) Adicional de insalubridade (30%) sobre salário base
- 5) Reajuste semestral de salários
- 6) Dotação de creches em todas as instituições de saúde
- 7) Aposentadoria aos 25 anos de trabalho
- 8) Direito à sindicalização
- 9) Concurso público e provimento de pessoal de acordo com as necessidades
- 10) Ampliação da rede pública de serviços de saúde.

Ainda nessa mesma reunião ficou definido o caráter unitário do Movimento que congrega enfermeiros, auxiliares e atendentes de enfermagem com a organização de comissões em todos os Estados.

19 e 20 de dezembro

Reunião em Belo Horizonte. O Movimento não evoluiu muito. Por isso decidiu-se pela continuidade dos encaminhamentos anteriores.

1982

março

Reunião em São Paulo. A nossa entidade catarinense é escolhida como Secretaria Nacional e sede do Movimento. Decidiu-se elaborar um abaixo-assinado nacional em favor das 10 reivindicações base do Movimento.

6, 7 e 8 de julho

Entrega do abaixo-assinado em Brasília e no Rio de Janeiro. Havia 8.200 assinaturas dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Rondonia, Sergipe, Pará, Paraíba, Maranhão e Amazonas. O documento foi entregue em audiências realizadas no Ministério da Saúde, Ministério da Previdência, DASP e INAMPS (RJ). Em Brasília, os estados de Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Distrito Federal participaram de reunião nacional, quando se decidiu continuar o Movimento, ressaltando-se mais uma vez a importância do caráter nacional e unificado da mobilização em torno das 10 reivindicações definidas em 1981.

19 de agosto

Realizamos o Dia Nacional de Mobilização, que inicia a segunda fase do Movimento. Nesse dia cumprimos apenas as atividades assistenciais, ficando suspensas as administrativas e burocráticas. O que mais fizemos:

- a) usamos tarjas pretas no braço, em sinal de protesto
- b) entregamos 16.000 "cartas à população" em Florianópolis e em Postos

de Assistência Médica do INAMPS do interior do Estado

c) tivemos audiências com a Superintendência Regional do INAMPS, com a Assembléia Legislativa (que encaminhou uma moção de apoio ao nosso Movimento para os Ministérios da área da Saúde, em Brasília), Câmara de Vereadores (Florianópolis, Tubarão e Criciúma) Hospital Universitário e Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina.

d) montamos um mural de informações no calçadão da Felipe Schmidt e distribuímos "cartas à população" nos terminais dos ônibus.

20 de agosto

Assembléia Geral em Florianópolis, com avaliação do Dia Nacional de Mobilização aqui no estado. Na ocasião a AG considerou a realização do dia 19 como uma vitória do pessoal da enfermagem, que pela primeira vez realizava um Movimento unificado, tendo uma repercussão bastante favorável junto à Comunidade.

28 e 29 de agosto

Em Brasília, reunião nacional na qual participaram os estados de Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Norte. Nessa reunião ficou decidido que:

- 1) devemos continuar o Movimento
- 2) que nos dias 13, 14 e 15 de outubro deveremos promover Dias Nacionais de Mobilização, nos mesmos moldes do dia 19 de agosto

3) vamos discutir a possibilidade de paralização total por tempo indeterminado, a partir de 1º de novembro em Brasília.

4) vamos marcar novas audiências. Foram mantidos contatos junto a estes órgãos federais. No entanto não houve nenhuma resposta concreta até agora. As reivindicações continuam em estudo.

O salário que estamos perdendo

Instituições	Ano de 1976	Ano de 1982
DASP	Cr\$ 4.069,00	106.716,00
FHSC	Cr\$ 4.069,00	131.898,00
FSESP	Cr\$ 6.469,00	198.555,00
INAMPS	Cr\$ 4.128,00	56.401,00

A luta comum

Mais de quatrocentos profissionais de enfermagem de 32 municípios catarinenses realizaram, com sucesso, a 10.^a Jornada Catarinense de Enfermagem, em Joinville, de 1.^o a 4 de setembro. "Pode-se dizer que essa reunião representou um marco na nossa luta no Estado, tanto pelo número de companheiros, como pelas resoluções aprovadas", diz Jorge Lorenzetti, Presidente da Associação. Que resoluções são essas? O programa responde: o Tema Central. O tema central da jornada foi "A Valorização da Enfermagem".

Foi aprovado um documento que traça "as linhas de valorização da enfermagem". Ele tem quatro itens: 1.^o) Por uma enfermagem voltada para as necessidades assistenciais da população; 2.^o) Por melhores condições de trabalho e remuneração condigna; 3.^o) Pela democratização da enfermagem; 4.^o) Por uma legislação da enfermagem de acordo com seus interesses.

Lorenzetti explica o que se quer com isso: "nós sabemos muito bem que a maioria da população brasileira não tem acesso aos cuidados de saúde. Queremos mudar esse sistema hospitalar curativo e empresarial que hoje existe no Brasil". Sobre melhores condições de trabalho, Lorenzetti diz que "isso significa um teto de 30 horas semanais de trabalho, aposentadoria aos 25 anos, pagamento insalubridade e, o que é muito importante na nossa área, creches para filhos de nossos profissionais, na maioria mulheres". Por democratização da enfermagem, entende-se que tanto os enfermeiros, como técnicos, auxiliares e assistentes tenham uma relação mais igualitária.

Finalmente, por "legislação de acordo com seus interesses", entende-se fixar em lei as condições adequadas para o exercício profissional da enfermagem. Como conseguir tudo isso? "Na Jornada saiu algo que podemos chamar de "a grande saída", explica Lorenzetti. "Unir todas as organizações de trabalhadores da enfermagem para uma luta comum, intensa, participativa e contínua". Nos dias 24 a 29 de outubro, em Porto Alegre, será dado novo passo nesse sentido com o 34.^o Congresso Brasileiro de Enfermagem. Santa Catarina estará presente. A 10.^a Jornada aprovou ainda: 1.^o — Apoio amplo e irrestrito para o Movimento do Pessoal de Enfermagem do Serviço Público Federal que fará uma nova mobilização nacional nos dias 13, 14 e 15 de outubro. 2.^o) Ampliar a luta pela aprovação da Lei do Exercício Profissional, que se encontra em tramitação no Senado e que precisa ser aprovada ainda este ano, sob pena de perder todo o trabalho.

SETE ANOS DE VACAS MAGRAS

São 2.500 dias de espera

A enfermagem é uma categoria que congrega enfermeiros, técnicos, auxiliares e atendentes de enfermagem. Mas somente os enfermeiros e os auxiliares de enfermagem têm sua profissão regulamentada. Isto se deu através da Lei nr. 2604/55.

Muita coisa, porém, mudou, desde 1955: foram criados o Conselho Federal de Enfermagem (COFEn) os Conselhos Regionais e a categoria de Técnico de Enfermagem.

Atualmente existem dois projetos de lei tramitando no Congresso Nacional. O primeiro foi elaborado em 1975 pelo COFEn e encaminhado ao deputado Nilson Gibson. Este projeto esteve na Câmara durante sete anos, quando foi aprovado, recebendo o nr. 60/82 para ser votado no Senado. Ele dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional da enfermagem. No entanto, apresenta sérias limitações, como não fazer referências questões trabalhistas e profissionais, além de reproduzir a relação de dominação do enfermeiro sobre a equipe de enfermagem.

O segundo projeto de lei foi elaborado pelo Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro. Dispõe sobre a jornada de trabalho e a remuneração mínima dos enfermeiros.

Encaminhado à Câmara pelo mesmo deputado, recebeu o nr. 3225/80. Por referir-se somente aos enfermeiros o COFEn sugeriu emendas aditivas a este projeto estendendo os benefícios as obstetras, técnicos, auxiliares e atendentes de enfermagem. Por informações do Sindicato dos Enfermeiros de Brasília, soube-se que foi retirado do projeto tudo que se refere ao piso salarial. Isto se deve à política atual do Governo Federal de não permitir o estabelecimento do piso salarial para qualquer profissão.

Desde julho de 1981, quando foi realizado o 33.^o Congresso Brasileiro de Enfermagem, discute-se em Santa Catarina a elaboração de um novo projeto de lei. Como subsídio à discussão foi distribuído o projeto nr. 60/82. Quando esse projeto foi aprovado em maio deste ano surgiu a questão: apoiar o projeto ou apenas elaborar o novo.

Beatriz Beduschi Capella e Denise Pires, da Comissão de Legislação da ABEn explicam o parecer, contido em documento apresentado na 10a. Jornada Catarinense de Enfermagem, realizada entre 1 e 4 de setembro em Joinville:

"A Comissão de Legislação da ABEn apoia o projeto nr. 60/82 porque, além de estar sete anos no Congresso Nacional, não existe no momento outra proposta para regulamentação do exercício da enfermagem. Sugerimos que lutemos pela aprovação deste projeto, com a condição de não esgotar o nosso empenho na tentativa de elaboração de um outro projeto que contenha as garantias necessárias à enfermagem do ponto de vista profissional, trabalhista e organizativo".

"Reforçamos nossa posição de aprovação do projeto de lei nr. 60/82 porque regulariza a situação do técnico em enfermagem; dá uma perspectiva para uma profissionalização do Atendente; determina que existam serviços de enfermagem em todas as instituições que prestam serviços de saúde e inclui a presença da enfermagem nas decisões do setor saúde tanto à nível da instituição quanto à nível governamental".

"Se somente lutarmos pela aprovação do referido projeto, e não tentarmos elaborar outro, estaremos compactuando com o atual sistema de saúde existente no país. Se agirmos dessa forma estaremos sendo incoerentes com a nossa proposta de prática da enfermagem. Uma prática conjunta de toda a enfermagem com a finalidade de garantir uma assistência adequada em quantidade e qualidade e voltada para as reais necessidades do povo brasileiro. Sabemos, no entanto, que a transformação definitiva desta prática dar-se-á em conjunto com a transformação de todo o setor saúde. E para que isso ocorra é indispensável ao enfermeiro e a enfermagem, uma real organização através das suas entidades representativas".

"Com relação ao segundo projeto, o de nr. 3225/80, nosso posicionamento é de também encaminhar pela sua aprovação, lutando para que o parecer do COFEn que inclui toda a equipe de enfermagem seja incorporada ao projeto, bem como a manutenção dos artigos referentes ao piso salarial".

Os hospitais só visam o lucro

"O setor saúde está dirigido à questão hospitalar privatizante, curativa e distante da realidade", diz Eliane Marília Faria, enfermeira do Posto de Saúde da Costeira do Pirajubaé. Segundo ela, no Brasil 40 milhões de pessoas não recebem nenhum tipo de assistência, enquanto 80% dos hospitais e cerca de 75% dos leitos são privados. Eliana acha que deveria haver na Saúde um sistema de complexidade crescente — formação de postos a nível de comunidade, através do qual o indivíduo que tivesse uma doença mais grave pudesse ter acesso a Centros de Saúde menores ou até a hospitais — bem melhor equipados.

"Nesse sistema deveria haver a informação e a contra-informação, ou seja, o indivíduo seria encaminhado a outros centros de atendimento com uma ficha e retornaria ao local de origem com os resultados".

Eliana, que também é professora da UFSC, afirma que os hospitais obedecem à lei da exploração e lucro, contratam o trabalho de não profissionais, o que, além de rebaixar o valor do trabalho, gera desemprego e subemprego. A enfermeira diz que "há uma certa rotatividade na procura de melhores salários e condições de emprego. Nós da enfermagem vivemos em condições de vida precária — como podemos prestar boa assistência? Só podemos fazer o possível".

A enfermeira enfatiza ainda que a universidade contribui para a entrada de estudantes num mercado de trabalho que visa lucro e forma apenas mão-de-obra para o sistema hospitalar tradicional.

Eliana Faria, juntamente com Marcos Da Ros, Denise Elvira de Pires e Lúcio Botelho, na fuga deste sistema, resolveram criar um Posto de Saúde de atenção primária no bairro da Costeira do Pirajubaé. "Diante das preocupações do ensino propusemos à UFSC uma maneira de mostrar aos alunos uma outra realidade. A realidade em que vive a população", esclarece Eliana.

O posto teve o apoio da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e do Departamento de Enfermagem e Saúde Pública mas, segundo ela, esse apoio por parte da UFSC ainda não é como deveria ser: mais efetivo. No posto, conclui Eliana, é possível mostrar aos estudantes de enfermagem e medicina a realidade de saúde da população e seu determinante, além de tornar clara a importância da relação profissional/paciente — que deve ser uma relação de honestidade. Esse posto atende a todos e é levado por estudantes e profissionais da área da saúde. "Nós destacamos o uso de plantas medicinais, praticado há muito pelo povo, mas que foi roubado pelas propagandas de remédios das multinacionais — produtos químicos que nem sempre surtem efeitos".

Temos que improvisar

— A enfermagem é um trabalho compensador porque satisfaz a parte humana, a necessidade de ajudarmos as pessoas. Só sinto pena de não poder prestar um melhor auxílio, pois o hospital em que trabalho é bastante corrente, tem poucos recursos. Isto faz com que meu serviço se torne cansativo e desgastante, diz Valdir Cachoeira, técnico de enfermagem do Hospital de Caridade.

Segundo Valdir, o Caridade, além de não apresentar recursos humanos, tem deficiência em material básico. "As vezes faltam agulhas, seringas e esparadrapos. Temos que improvisar", conta ele.

Cachoeira, que também é estudante de jornalismo, enfatiza que a política do Saúde do Governo, apoiada pelas empresas multinacionais e nacionais, é a de dar importância à parte curativa, dispendendo menos esforços ao setor preventivo, que é essencial. Neste sentido, são treinados profissionais altamente capacitados, trabalhadores mais caros, que se dedicam exclusivamente à cura.

Valdir concorda que se utilize a acupuntura, remédios homeopáticos e caseiros para minimizar a proliferação de anomalias. Ele só fez uma ressalva: "Esse negócio deve ser aplicado por pessoas experientes no ramo, e ser do conhecimento do paciente e seus prejuízos". Ele pensa que é preferível utilizar remédios caseiros e assim evitar a intoxicação com produtos químicos.

Finalizando, faz uma crítica ao governo que criou o curso de Técnico em Enfermagem, ainda não reconhecido a nível federal. "Isto ajuda no aviltamento salarial da classe que exerce a enfermagem", conclui Valdir Cachoeira.

Aviltamento salarial

Márcia Cruz, enfermeira do Hospital Universitário, afirma que todos os estudantes de enfermagem se frustram ao se formarem, porque há um choque entre a vida estudantil e a profissional. "Como profissionais somos tolhidos, não colocamos em prática nossos ideais, sofremos várias pressões onde servimos. Nossa relação com os companheiros é prejudicada pela sobrecarga de trabalho, baixos salários e falta de reconhecimento de nossos esforços", diz.

A divisão da enfermagem em atendentes, auxiliares e enfermeiros, também dificulta a melhoria das condições de trabalho, observa Márcia. A utiliza-

ção de pessoas não qualificadas para o trabalho vem contribuindo para o aviltamento salarial e o desemprego de enfermeiros.

Márcia critica o Sistema de Saúde dizendo que ele está centrado na complexidade da assistência — especialização — tendo a enfermagem que acompanhar as especializações da medicina. Sendo mais caro para a população.

"Não existe mais o clínico geral, o paciente é observado em partes. Em contrapartida há milhões de brasileiros precisando de assistência básica" — denuncia.

— Na maioria dos hospitais os enfermeiros exercem funções burocráticas e administrativas e isso impossibilita uma boa assistência ao paciente, conclui Márcia Cruz.

O poder do médico

— Os hospitais deveriam ter como preocupação principal a assistência em todos os níveis, incluindo portanto a extensão de suas atividades à comunidade".

A afirmação é da Coordenadora do Curso de Enfermagem da UFSC, Nelcy Mendes, que cita como exemplo o caso do Hospital Universitário que oferece curso a gestantes, vacinação, orienta as crianças sobre higiene e dá apoio ao Posto de Saúde da Costeira do Pirajubaé. Essa é a forma, segundo Nelcy, da Universidade atuar junto a comunidade.

"Há pouca ênfase à atividade preventiva, já que o custo operacional é alto — precisa-se de recursos humanos, equipamentos e espaço físico e os resultados deste trabalho são a longo prazo".

Nelcy é contra a intromissão de terceiros na área da enfermagem. "Cada profissional tem responsabilidade própria, específica e prevista em Lei e no Código de Ética e cada um deve assumir a sua responsabilidade. Por exemplo, uma enfermeira obstetra ao fazer um parto é responsável pela vida da mãe e da criança", acentua Nelcy Mendes.

Um outro ponto que, segundo a enfermeira, prejudicava no andamento do trabalho era "o poder que o médico tinha sobre nós. Esse poder já teve maior intensidade, mas ainda existe. Hoje a tendência é cada um ficar no seu papel sem ter comandantes e comandados.

Na medida em que os enfermeiros vão adquirindo maior conhecimento e segurança profissional, mais reduz essa ação do médico sobre a enfermagem". termina Nelcy Mendes.